

## CORPO, GÊNERO E JUVENTUDES TRANS

### ET 12 - Educação em Sexualidade e Desenvolvimento Humano: Pesquisas, Teorias e Práticas

Julia Silvestre<sup>1</sup>  
Raquel Baptista Spaziani<sup>2</sup>

#### RESUMO

Pessoas que se identificam como transexuais e/ou travestis podem vir a vivenciar processos de exclusão social, na medida em que são tratadas como abjetas por não corresponderem ao binarismo vulva-mulher-feminino e pênis-homem-masculino, expressão da cisnormatividade. O sofrimento ético-político, considerado como a dor que advém das injustiças sociais, pode ser um dos efeitos da marginalização que jovens trans vivenciam. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as vulnerabilidades sociais que atravessam as vidas das juventudes trans, visibilizando os enfrentamentos e laços sociais nessas vivências.

**Palavras-chave:** Juventudes. Identidades trans. Potência de ação.

#### INTRODUÇÃO

Os discursos biomédicos hegemônicos sobre a transexualidade a consideram uma patologia, um transtorno de gênero que pode acarretar tendências à automutilação – ainda que, em 2018, a Organização Mundial da Saúde a tenha retirado da condição de doença mental. Por ser compreendida pelo viés da patologia, em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) brasileiro autorizou, por meio da resolução nº 1.4821, cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais em um intuito de adequar os corpos desses sujeitos às suas identidades. No entanto, para ter acesso aos serviços do chamado processo transexualizador, o sujeito deveria ter no mínimo 21 anos de idade, submetendo-se a diversos profissionais da saúde a fim de que comprovassem a “verdade” sobre o seu “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG). Isto, pois era necessário a afirmação de um “desvio psicológico permanente

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, [jsilvestre@unifesp.br](mailto:jsilvestre@unifesp.br) ;

<sup>2</sup> Doutora em Educação Escolar e professora do Departamento Saúde, Clínica e Instituições da Unifesp-BS, Santos-SP, [raquel.spaziani@unifesp.br](mailto:raquel.spaziani@unifesp.br) ;

<sup>3</sup> Cis-tema é um trocadilho com a palavra sistema, utilizado por transfeministas a fim de apontar a norma da cisgeneridade, ou seja, uma sociedade que privilegia, acolhe e cuida das pessoas que se identificam com o gênero imposto no nascimento, bem como assujeita e exclui as vidas trans;



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

de identidade sexual”, com a permanência deste “distúrbio” pelo menos por dois anos, sendo a fase de pré-operatório com duração média de um ano. Após “convencerem” as/es/os especialistas da sua identidade de gênero, essas pessoas poderiam, assim, exercer o seu direito de existir após a imensa guerra contra o cis-tema<sup>3</sup> (BENTO, 2008).

De acordo com esses discursos, existiriam apenas dois corpos e vivências possíveis, duas identidades de gênero inteligíveis: a lógica vulva-mulher-feminino e pênis-homem-masculino. Trataremos essa construção como matriz-binária, termo utilizado por Judith Butler (2003) para descrever o estabelecimento dos papéis sociais de um indivíduo a partir de seu órgão genital no nascimento. Neste movimento, somos socialmente apresentadas/es/os ao binarismo masculinidade e feminilidade – no singular, como se não houvesse outras vivências possíveis para além daquelas valorizadas socialmente –, de maneira a manter as normas sociais que padronizam os sujeitos ditos normais e adequados, no que diz respeito ao sistema sexo-gênero. A matriz-binária, que é cis-heteronormativa, acaba por excluir e assujeitar os sujeitos que não correspondem a tais expectativas e investimentos.

Berenice Bento (2008) denunciou as violências implícitas e explícitas no processo transexualizador conduzido sob a perspectiva biomédica, nomeado pela autora como “cidadania cirúrgica/precária”. Para além do tempo dispendido nos processos burocráticos para o reconhecimento pleno da condição de sujeito transexual, o que o processo transexualizador revela é o domínio dos corpos e interpretações sobre os indivíduos. Segundo a autora, “nossas identidades são resultados de nossas histórias, elas se materializam em nossos corpos, negar a construção delas é desconhecer quem somos, inventando uma essência que não existe” (2008, p. 183). Pessoas trans que desejam se cirurgiar dependem da aprovação de especialistas para tal, havendo sujeitos que conseguem passar pelo processo cirúrgico mesmo após o processo violento de patologização, assim como inúmeros casos de pessoas que desejam a cirurgia, passam pelo protocolo solicitado, porém não são reconhecidas como “verdadeiras” transexuais pelas/es/os médicas/es/os, sendo negado os seus desejos. Tal negativa pode vir a condenar estes sujeitos a um “limbo identitário”, excluindo-as/es/os do direito da autodefinição e reivindicação de si e de seus direitos. Ademais, em uma expectativa naturalista, reproduz-se a noção de que, para se identificar como um homem ou mulher, é necessário atingir um corpo ideal. Tanto a lógica biomédica de controle dos corpos trans, como as expectativas sociais do padrão mulher-vagina e homem-pênis, produzem um modelo de sujeito transexual universal, excluindo a pluralidade e diversidade entre os indivíduos que se identificam como transexuais e/ou travestis.

Michel Foucault (1976), denunciou os mecanismos de poder sob o sexo como uma maneira de invisibilizar as noções de existências como plurais e históricas. Butler (2003, p. 154), por sua vez, percebe nesse fenômeno uma “construção ideal forçosamente materializada através do tempo”. Esse mecanismo de poder alia-se às concepções biomédicas ao decretar o sexo determinado pela natureza e este reconhecido pela sociedade como imutável.

Butler critica a noção de que o gênero seria construído por uma natureza pré-determinada e afirma que as performances de gênero são estruturadas pela valorização das relações sociais e construídas a partir de movimentos de favorecimento de grupos dominantes. Esse conceito de favorecimento de grupos hegemônicos remete à obra de Foucault (1976), na medida em que pensa na identidade de gênero pela lógica do dispositivo da sexualidade que opera como estratégia controle das subjetividades na troca de poder entre as relações.

A partir da investigação, revisão e análise da literatura dos estudos feministas e de gênero teve como objetivo a reflexão contextualizada de como a juventude transexual e travesti é protagonizada nas obras já existentes e como as vivências, afetos e potência de ação são descritas neste material. Visto que o tratamento estendido a essas vivências negam o direito à dignidade humana, não reconhecendo estas como sujeitos, mesmo assim há enfrentamento e laços sociais na (re)existência transexual e travesti.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho diz respeito a um estudo qualitativo do tipo bibliográfico, voltado para a compreensão sobre as vulnerabilidades sociais que podem vir a atravessar as trajetórias de vida das juventudes trans. A coleta de dados utiliza a pesquisa bibliográfica, amparando-se em referenciais teóricos dos Estudos Feministas de Gênero e da Psicologia Social, possibilitando o diálogo sobre os aspectos de exclusão de corpos subalternos. A título de exemplo, mencionamos em estudos teóricos, Judith Butler (2004) referência ao afirmar que gênero é uma construção social, Foucault (1979) em sua argumentação sobre o controle dos corpos. Ademais, Berenice Bento (2008) com grande contribuição na luta de direitos trans e Bader Sawaia (2001) doutora em psicologia social e pesquisadora da exclusão como sofrimento ético-político, além dos dados disponibilizados pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis - ANTRA. Essa investigação pretende expandir o tema em estudo na investigação dessas potências de ação da juventude transexual e travesti a partir da escuta de suas vivências e afetos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a qual o Brasil é signatário:

Princípio nº 3 [...] A orientação sexual e identidade de gênero autodefinidas por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade. [...] Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Entretanto, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021) no dossiê realizado anualmente que numera e denuncia dados sobre a população transsexual e travesti, foram registrados 140 assassinatos no ano de 2021, um aumento de 141% em comparação ao ano de 2008. Ao iniciar os registros de mortes de pessoas trans, a ONG Transgender Europe (TGEU) revelou que a vítima mais nova de transfobia foi uma jovem de 13 anos. Ademais, no Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa trans branca é de 35 anos, metade de uma pessoa cisgênera, no recorte entre pessoas negras o número cai para 33 anos. Estes dados representam as vítimas de um Estado supremacista branco e cisgênero, que explicita que vidas trans, e principalmente, vidas trans negras são matáveis.

Tais mortes não ocorrem apenas pela ação do assassinato, mas também como uma “morte em vida”, ao apartar as pessoas trans da vida plena em sociedade. A educação e o trabalho são espaços nos quais a exclusão dessa população se faz presente. Em um estudo sobre o processo de escolarização de pessoas trans, Ana Carolina Mendonça, Dimitri Sales e Adriana Abílio (2016) estimaram que 82% das pessoas trans e travestis não concluem o ciclo básico da educação escolar. Mesmo nomeando esse processo como evasão escolar, o podemos analisar como mais um sintoma da exclusão social, visto que o modelo de escola tradicional ainda contribui para o higienismo social, silenciando e, muitas vezes, agredindo identidades e vivências que rompem com a norma.

Bader Sawaia (2001), pesquisadora da área da Psicologia Social, propõe reflexões sobre a exclusão social como um processo sócio-histórico, que “se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social” (p. 100). Para isso, Sawaia criou o conceito de sofrimento ético-político e potência de ação, apontando a importância de se estudar os processos de exclusão social, também, pelos afetos efeito das injustiças sociais. Nesse sentido, a autora propõe o estudo da exclusão social pelas emoções de quem a vive, ressaltando que a preocupação com estes sujeitos não contempla unicamente a sobrevivência, mas também o



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

desejo, a temporalidade, os direitos sociais e a afetividade. Os afetos podem ser compreendidos como correspondentes às reações de prazer e desprazer suscitadas pelas emoções dos indivíduos ao serem atravessados por algo, serem afetados. Já o sofrimento ético-político é gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que abrangem aspectos do corpo físico e emocional, qualificando-se pela relação de tratamento entre o eu e o outro e “que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”, ou seja, é o afeto causado pela vivência da exclusão social (SAWAIA, 2001, p. 56).

A dor do sofrimento é mediada pelas injustiças sociais de maneira complexa, configuradas no pensar, sentir e agir. Assim, cabe a análise das sutis formas de privação do exercício da afetividade por trás das aparências de integração social. O corpo vivo se potencializa por sentimentos e desejos, coletivos e individuais, no processo de superação do sofrimento ético-político. É, então, este corpo socialmente e politicamente vivo que possui a potência de ação para perseverar-se e lutar contra tudo o que nega liberdade e felicidade a ele e ao coletivo (SAWAIA, 2001).

Ainda que esses conceitos sejam abordados predominantemente sobre os aspectos de classe social, compreendemos e argumentamos que são questões que atravessam a discussão sobre as identidades trans, na medida em que o rompimento com a cisgeneridade acarreta sofrimento advindo da exclusão social. A modulação do gênero age no contexto sócio-histórico a partir de uma divisão de corpos mais e menos vulneráveis, para garantia da manutenção da dominação desses, e como cada um destes deve agir. Apesar das afirmações dos autores citados nesse estudo de que o gênero está vinculado a construções e expectativas sociais, a realidade dos indivíduos que rompem com a norma da cisnormatividade é violenta e, neste movimento de reivindicação de suas vidas, estes são marginalizados. Uma característica dessa marginalização é o impacto da cisnormatividade e a transfobia estrutural, que refletem o cenário precário vivenciado no mercado de trabalho, na dificuldade da conquista da escolaridade e falta de oportunidades qualificações profissionais e acadêmicas, ademais essa exclusão também pode percorrer a vida social e afetiva desses sujeitos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero, então, age enquanto efeito performático pelas repetições e reiterações de normas sociais indicando múltiplas trajetórias dos sujeitos, afirmação feita por Butler que, denunciou uma estrutura historicamente erguida no sistema de sexo-gênero, instaurando uma norma que resultará no domínio dos corpos excluídos. Estes como compreendidos como



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

ininteligíveis, abjetos, visto que “certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2003, p.39). Entretanto o processo de exclusão opera sobre esses corpos inteligíveis pela patologização, estabelece uma perspectiva de culpabilização do indivíduo pela sua exclusão na sociedade, submetendo-a/e/o ao sofrimento de uma realidade de opressão. No caso das vidas transgêneras, essa exclusão acontece pelo não reconhecimento das identidades, a transfobia estrutural e a ausência de políticas públicas emancipatórias.

Romper com as normas dicotômicas diz respeito a exercer uma identidade própria, por meio de uma produção corporal diversa e multifacetada. Pablo Rocon et al (2017, p. 8) apontam que “as vidas trans abrem-se às possibilidades de explorar a plasticidade dos corpos, e não se entendem atadas ao gênero binário ou à heterossexualidade compulsória, embora sintam, na resistência a essas normas, os limites e constrangimentos que elas implicam”. Isto, pois o gênero não é um destino biológico, mas explicita as construções sociais a respeito do que se compreende pelo binômio masculino-feminino, por meio de uma atividade involuntária e coletiva.

As considerações partir de uma breve análise das discussões de gênero e da transexualidade apontam para uma vasta e crescente discussão teórica sobre a maneira que se dá a construção dos corpos dados como “normativos” e os “não -normativos” entretanto uma rasa visibilidade e protagonismo das vozes dos sujeitos que vivenciam, a transgeneridade e travestilidade, desconsiderando suas potências, subjetividades sobre processos de autoafirmação e (re)existências dentro de um grupo majoritariamente transfóbico. A importância desses corpos como protagonistas muito contribuirá para contemplação deste corpo vivo nas relações de afeto, corpo este que, no cruzar com as normas de sociais de gênero, mantém-se em sua potencialidade de lutar por sua existência enquanto pessoa e coletivo, reverberando força e autonomia.

### REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, "Declaração Universal dos Direitos Humanos", 217 (III) A (Paris, 1948). Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.



BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

ROCON, Pablo Cardozo et al. (Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. **Saúde e Sociedade** [online]. 2017, v. 26, n. 2 [Acessado 2 de abril 2022] , pp. 521-532. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017171907>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017171907>.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.